

horizonte UNIA

Por um franco estável com taxa justa!

Vendas a retalho

H&M paga 22 francos à hora

2

Euro: salários de miséria

para professores e funcionários consulares

3

Negociações salariais

Os salários para 2015

4

Nr. 1 | Março 2015 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Congresso de migrantes e de pessoas de origem imigrante

Direitos iguais para todos os migrantes na Suíça!



Migrantes e pessoas de origem imigrante participaram com entusiasmo no seu 1º congresso.

Cerca de 260 pessoas seguiram o apelo por maior activismo contra o racismo e a xenofobia, participando no primeiro congresso de migrantes e de pessoas de origem imigrante. Os migrantes elevaram desta forma a sua voz e reivindicaram de forma auto-confiante os seus direitos. Foram aprovadas quatro resoluções que exigem direitos iguais para todos os migrantes, solidariedade para com os refugiados, regularização da situação dos sans-papiers e proibição de deportação de pessoas que tenham o centro da sua vida social na Suíça. Foi também aprovado um manifesto, que estabelece a posição de base dos participantes.

O congresso, que teve lugar a 7 de Fevereiro 2015 em Berna, foi organizado pelo sindicato Unia em colaboração com as organizações Second@s plus Suíça e Federazione Colonie Libere Italiane (FCLI), bem como Fabbrica di Zurigo e Marea Granate. A necessidade de um movimento que erga a sua voz contra a discriminação e pelos direitos dos migrantes e das pessoas de origem imigrante tornou-se premente com o aumento de tendências xenófobas na política suíça. Estas têm-se tornado mais evidentes desde a aprovação, a 9 de Fevereiro de 2014, da iniciativa da UDC contra a «imigração em massa».

Depois da abertura do congresso por Halua Pinto de Magalhães, de Second@s plus, a co-presidente do Unia, Vania Alleva, ela própria de origem imigrante, saudou os presentes.

Discursos temáticos e resoluções

A primeira comunicação foi de Kijan Espahangizi, de Second@s Plus e membro do comité organizador do congresso, e foi dedicada ao tema «um ano depois da iniciativa contra a imigração em massa». Os congres-

sistas exigem, entre outras coisas, os mesmos direitos para todos os imigrantes, independentemente do seu país de origem, e a manutenção da livre circulação de pessoas para cidadãos da União Europeia. Além disso, recusam claramente os contingentes e um novo estatuto de saisonnier, por serem discriminatórios. Na opinião dos presentes, todos/as os/as migrantes que vivem na Suíça devem ter as mesmas condições no local de trabalho e o direito inalienável de reagrupamento familiar. É este o conteúdo da 3ª resolução, intitulada «Direitos iguais para todos os migrantes», que foi apresentada por Amílcar Cunha, secretário sindical do Unia, região de Vaud.

Balthasar Glättli, do Partido dos Verdes, foi o segundo orador. Ele apresentou brevemente a 1ª resolução: «Exílio para refugiados é um imperativo humano». Os congressistas apoiaram a reivindicação de que a Suíça deve ter em conta a catástrofe humanitária na Síria e receber a curto prazo 100000 refugiados deste país.

Amanda Ioset, de Solidarité Sans Frontières, apresentou a 2ª resolução, «Ninguém é ilegal!», enquanto



Biografias diferentes, empenho comum.



Vania Alleva saudou os congressistas em nome do Unia.

a 4ª, «A deportação de concidadãos é injusta», foi apresentada por Cesla Amarelle, conselheira nacional do PS. Estas resoluções exigem, basicamente, a regularização de pessoas que vivem na Suíça sem autorização de estadia, bem como a proibição de deportação de pessoas nascidas na Suíça ou que têm aqui o centro da sua vida social.

No-Pegida na Suíça

Em resposta ao aparecimento na Suíça de um movimento Pegida, convidou-se um activista do movimento No-Pegida de Leipzig, Alemanha, Florian Illerhauser, da Rede contra a Islamofobia e o Racismo, a falar sobre os desenvolvimentos e as experiências de mobilização contra as manifestações de Pegida na Alemanha. Depois falou Shpresa Jashari, do grupo «Bewanderte Schweiz», sobre a xenofobia e apresentou um documento para trabalho futuro sobre o tema do racismo.

Heterogeneidade de participantes

Pela primeira vez houve um encontro importante com migrantes e pessoas

de origem imigrante, grupos e organizações da «velha» e da «nova» migração – como «Fabbrica di Zurigo» e «Marea Granate» –, sindicatos, políticos de origem imigratória, sans-papiers e trabalhadores. Une-os o objectivo de, juntos, constituírem uma nova força política contra a marginalização e xenofobia.

O trabalho continua

Em vários grupos de trabalho, os delegados do congresso discutiram e aprovaram um manifesto que constitui a base comum para o futuro. Os participantes interessados podiam inscrever-se em quatro grupos, que se irão reunir e continuar o trabalho depois do congresso. Um grupo de coordenação foi encarregue de preparar uma proposta de organização futura, bem como de acções a realizar. O primeiro congresso de migrantes e pessoas de origem imigratória foi um enorme sucesso. Foi um pequeno passo a caminho de um posicionamento mais auto-confiante e independente de pessoas migrantes. Mas há um longo caminho a percorrer – e todos podemos e devemos participar nele.

Osman Osmani

Editorial



A 15 de Janeiro três homens do Conselho de Administração do Banco Nacional Suíço (BNS) decidiram não continuar a manter a taxa cambial mínima do euro em 1.20 franco. O franco suíço tornou-se imediatamente mais forte, chegando a valer mais do que um euro. Clientes da zona euro têm de pagar até 20% mais para produtos suíços ou pelas férias na Suíça. Como consequência, a indústria exportadora e o turismo o têm de reduzir os preços e o volume de vendas ou perdem encomendas e clientes.

Algumas empresas anunciaram medidas imediatas: redução de salários, prolongamento dos horários de trabalho ou despedimentos. O Unia luta de forma decidida contra tais medidas. Não deverão ser os trabalhadores a pagar pela crise do euro! As empresas que pensam tomar medidas devem saber que é proibido pagar salários aos fronteiriços em euros. Em muitas empresas produtoras, os custos salariais só perfazem 20% de todos os custos, por isso as reduções salariais pouco contribuem para aliviar os custos. O prolongamento dos horários de trabalho são prejudiciais para o ambiente laboral e por isso também em nada ajudam. Se houver falta de encomendas e de trabalho, as empresas deverão introduzir a jornada de trabalho reduzida, uma boa medida do seguro de desemprego. Mas o nosso objectivo prioritário é que o BNS volte a assumir a sua responsabilidade pelo país. Ele é legalmente obrigado a garantir a estabilidade dos preços e a ter em conta a conjuntura e a situação de emprego. O Unia vai-se empenhar, com os parceiros sociais, para que o BNS volte a garantir uma taxa cambial franco-euro estável e justa. Mas vai também sugerir outras medidas se o BNS não reagir. O que queremos é evitar a todo o custo uma recessão e desemprego – se necessário com um pacote que faça face à conjuntura.

Beat Baumann
Economista do Unia

Notícias breves

Sindicato «Novatrava» é uma burla

Um sindicato fundado por patrões? É verdade! A associação de quadros da construção e mestres de obras fundou um pseudo-sindicato com o apoio dos empreiteiros. Este ano é renegociado o CNT da construção, que regulamenta as condições de trabalho no sector. O novo sindicato finge defender os direitos dos trabalhadores. Na realidade, está disposto a piorar as condições de trabalho, a baixar os salários mínimos e até a atacar a reforma antecipada. Andam agora a tentar convencer os trabalhadores a filiarem-se. Por isso: atenção e cuidado com este logro! E informe-nos se tiver conhecimento de actividades desta organização.

Juventude Unia – solidariedade internacional

A Juventude Unia de Biel-Seeland/Cantão Soleura (Solothurn) contribui para a solidariedade internacional. Um grupo de 10 trabalhadores vai, na Nicarágua, restaurar uma escola quase em ruínas da Associação de Trabalhadores do Campo ATC. Para esta missão voluntária de três semanas em San Marcos é necessário sobretudo habilidade manual e muita motivação. Para mais informações: biel-solothurn.unia.ch/de/news/artikelansicht/a/10557/

Solidariedade internacional para os empregados de Lindenmatte

Pessoas em todo o mundo já manifestaram a sua solidariedade para com Kathrin Schmid. Ela fazia parte da comissão de trabalhadores do Lar de terceira idade Lindenmatte, em Erlench, e era sócia activa do sindicato. Por isso foi despedida em Novembro de 2014. Também você pode apoiar Kathrin e os empregados de Lindenmatte. Escreva um mail de protesto à Pro Senectute e à direcção do Lar: gutepflege.ch/2014/12/16/lindenmatte-protestmail-senden/ Declarações de apoio: gutepflege.ch/2015/01/09/solidaritaet-mit-kathrin/

Acção de protesto de empregados de Tamoil

Mais de 250 pessoas ficarão desempregadas se a refinaria de Tamoil fechar. Por isso os trabalhadores interromperam o trabalho a 4 de Fevereiro, entre as 13h e 15h, e concentraram-se em frente da empresa. O pedido de solidariedade à população teve uma resposta fenomenal. Apesar do frio, mais de 600 pessoas, entre elas políticos locais, saíram para dar o seu apoio. A delegação de negociação vai encontrar-se com Tamoil e lutar por um plano social justo.

Vendas a retalho

Agora H&M paga 22 francos à hora



O Unia ofereceu bolos de reis e coroas às rainhas...

As vendedoras de H&M recebem desde Janeiro deste ano um salário de 22 francos à hora. Para chamar a atenção para este passo positivo, o Unia foi no Dia de Reis a várias filiais e ofereceu bolos e coroas aos reis e rainhas das vendas a retalho.

Muitas empresas de vendas a retalho aumentaram os salários dos empregados em consequência da campanha que os sindicatos fizeram para o salário mínimo. O facto de a cadeia sueca de lojas de moda, H&M, ter introduzido um salário mínimo de 22 fr para todo o pessoal mostra que o pagamento de salários decentes no ramo de vendas a retalho é possível na Suíça!

Unia aprova o aumento salarial e exige um CCT para a empresa

Para uma melhoria geral das condições de trabalho na H&M, o Unia exige que seja negociado um contrato colectivo de trabalho (CCT) para a empresa. Porque, apesar do aumento salarial, as condições de trabalho de H&M têm de melhorar, como demonstra um estudo publicado recentemente: «Arbeitsbedingungen im Schweizer Detailhandel 2014» («Condições de trabalho no ramo de vendas a retalho 2014»). Este pode ser descarregado sob a forma de PDF em: www.unia.ch/fileadmin/user_upload/user_upload/Medien-20141216-Benchmark_Schlussbericht-dt.pdf.

Acção no Dia de Reis

A 6 de Janeiro, Dia de Reis, o Unia ofereceu às vendedoras e aos vendedores de H&M o tradicional bolo de Reis, bem como uma coroa especial, agradecendo-lhes assim o seu trabalho no dia-a-dia. Esperamos que outras empresas sigam o exemplo de H&M e que invistam no pessoal pagando melhores salários. Porque no ramo das vendas a retalho, como ramo em que a qualidade e um bom serviço aos clientes são fundamentais, os e as trabalhadores/as são a chave para o sucesso.

Osman Osmani



... das vendas a retalho...



... numa acção na H&M.



Salários e o franco
Salários em euros são ilegais

A empresa de materiais medicinais Straumann «pediu» aos e às fronteiriços/as seus empregados para receberem o salário em euros. O Unia critica este procedimento e pede, em contrapartida, que a direcção abdique de parte do seu lucro.

Pagar os salários em euros é ilegal

O Unia recusa por princípio reduções salariais ou salários em euros. Os riscos das empresas, entre eles as oscilações cambiais, não podem ser empurrados para cima dos trabalhadores.

O Tribunal Cantonal de Lucerna já em 2012 decidiu no caso Stöcklin que salários em euros para os fronteiriços não são legais, porque são discriminatórios e contradizem o acordo de livre circulação de pessoas.

Straumann está muito bem

No ano passado Straumann aumentou muito o volume de vendas e os rendimentos. Nesse caso, a empresa lucrou também com as tendências cambiais naquele momento. Que os empregados tenham agora de pagar a actual crise cambial, é incompreensível e inaceitável!

Osman Osmani

Aplicação da iniciativa contra a imigração em massa

NÃO ao projecto-lei do conselho federal!

O sindicato Unia recusa a proposta do conselho federal para a aplicação da iniciativa contra a imigração em massa (MEI). O Unia mantém a sua exigência de uma aplicação equilibrada e aceitável para os trabalhadores, sem contingentes discriminatórios.



Por boas relações bilaterais com a UE!

Central no processo de aplicação da iniciativa contra a imigração em massa é a garantia da manutenção das relações bilaterais com a UE. O Unia admira-se, por isso, que o conselho federal apresente um projecto-lei sem ter realizado negociações com a UE. Além disso, a protecção de salários e condições de trabalho na Suíça têm de ser garantidas. Inaceitável no projecto-lei é sobretudo o artigo 22, parág. 2, segundo o qual, em caso de falta de mão-de-obra qualificada, o controle de salários e condições de trabalho não deverá ser

realizado. Isto é escancarar a porta a abusos.

Não a novas discriminações

Para o Unia é prioritário, para a aplicação da MEI, que os trabalhadores não sejam sujeitos a novas situações de discriminação. A aplicação da MEI tem, além disso, de estar conforme com o acordo de livre circulação de pessoas para não pôr em causa as relações bilaterais com a UE. E o direito dos migrantes ao reagrupamento familiar não pode ser posto em causa.

Osman Osmani



À xenofobia da UDC dizemos NÃO, aos acordos bilaterais, SIM!

Futuro dos cursos de língua e cultura de origem

Pela valorização das línguas das crianças imigrantes!

Grande parte das crianças na Suíça cresce falando duas ou mais línguas. Nos cursos chamados de língua e cultura de origem (LCO), elas podem aprofundar e alargar os conhecimentos da língua dos pais. Isto é importante para a formação da sua identidade e para terem melhores oportunidades no futuro. No entanto, os cursos LCO funcionam muitas vezes em condições muito precárias.

Os cursos LCO são frequentados por um elevado número de crianças numa grande variedade de línguas. Só no cantão de Zurique, p.ex., há 10000 alunos/as em cursos de 26 línguas diferentes: línguas nacionais como o italiano e o francês, línguas universais como o espanhol, chinês ou portu-

guês, e línguas com menos falantes como o finlandês ou o curdo. Apesar da sua importância, estes cursos não têm muitas vezes o reconhecimento e o apoio necessários para poderem funcionar em boas condições.

Jornada de discussão e brochura

Para discutir as condições em que os cursos LCO funcionam, o Grupo de interesse língua primeira (IGE), de que o Unia faz parte, organizou em Janeiro 2014 uma jornada dedicada ao tema «Futuro do ensino LCO na Suíça: qualidade, desenvolvimento e integração». 200 especialistas participaram nele. O IGE apresenta agora o resultado da discussão na brochura «O futuro do ensino da língua primeira». Num «catálogo de reivindicações» os organizadores apresentam as suas perspectivas para o desenvolvimento, a integração no ensino regular e a garantia de qualidade dos cursos LCO.



Jornada sobre ensino LCO: workshop...



... e sessão plenária.

Catálogo de reivindicações

O objectivo do ensino LCO deve ser o desenvolvimento indetentário plurilingue das crianças. Para que isto aconteça, exige-se, entre outras coisas, que as escolas tenham melhores infra-estruturas e sejam tomadas medidas flexíveis contra o isolamento dos cursos LCO, haja uma melhor cooperação entre os docentes LCO e do ensino regular, mais oportunidades de formação contínua dos docentes LCO, condições de trabalho iguais para todos e a integração destes cursos no ensino público.



As crianças têm direito a um ensino de qualidade!

Ensino para todos: fomento do plurilinguismo

Com esta publicação, o IGE reivindica a valorização do ensino LCO, que deve ser considerado e estabelecido também como uma prioridade do ensino público. Para o IGE, na Suíça o futuro do ensino público – que tem a responsabilidade da colocação na prática do princípio de ensino para todos – está no plurilinguismo. As línguas primeiras das crianças imigrantes não devem continuar a ter uma existência à margem. Devem, antes, passar a ser parte integrante e qualitativa do ensino público.

Petição

No 1º Congresso de migrantes foi lançada uma petição relativa aos cursos LCO. A petição e a brochura «O futuro do ensino das línguas primeiras» (gratuita e em alemão, francês e italiano) podem ser encomendadas através do e-mail: migration@unia.ch.

⇒ Marília Mendes

Para mais informações:
www.linguaprimeira.ch/index.php?id=8



Ensino de Português no Estrangeiro (EPE)

Fim à vista

Durante 35 anos, o EPE funcionou sob a tutela do Ministério da Educação, que introduziu os suportes necessários, como programas e certificação de alunos. A passagem em 2010 para o Instituto Camões (IC), do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), marcou o início do seu fim.

EPE em vias de extinção

Os sinais não enganam: em 2011 foram despedidos 49 professores, 20 na Suíça, ficando milhares de alunos sem aulas. Em 2012 a Secretaria de Estado das Comunidades introduziu uma taxa de frequência de 100 € anuais. Uma medida injusta: a «propina» existe na Suíça, Alemanha, Reino Unido e parte do Luxemburgo. A França, Espanha, Bélgica e o restante Luxemburgo nada pagam.

Mau ensino, manuais inadequados, certificado inútil

Dois anos após a instituição da «propina» constata-se que as promessas de melhor ensino e um certificado reconhecido não passaram de engodo. Todos os anos há professores despedidos, as turmas tornaram-se maiores e mais mistas, com alunos de 4, 5 ou 6 níveis diferentes. Quanto ao certificado, nem as escolas dos diversos países nem as portuguesas o reconhecem. Para cúmulo, o IC decidiu ensinar e impor manuais de Português como língua estrangeira.



Português: futuro pouco próspero!

Professores com salários de miséria

Na Suíça, devido à desvalorização do euro, os professores vão receber salários de miséria. O IC informou que não serão adaptados à nova taxa cambial. Alguns professores regressarão a Portugal, pois sobreviver na Suíça será impossível. Em 2007 havia no país 150 professores, hoje cerca de 80. Em dois anos 1200 alunos na Suíça e 10000 a nível mundial ficaram sem aulas de Português.

Futuro sombrio

No próximo ano, os contratos de mais de metade dos professores não serão prolongados. O resultado será o encerramento de mais cursos. A um instituto que afirma que o EPE «não dá rendimento» só interessa a redução de gastos.

Dentro de poucos anos o EPE será quase uma lembrança, com cursos apenas em cidades como Zurique ou Genebra. Pobre EPE, tão importan-

te para manter a ligação dos filhos dos trabalhadores portugueses à sua língua e cultura! Pobre país, em que a própria língua é designada como estrangeira e o desinteresse na sua difusão é total.

Que fazer para evitar o triste fim?

Os portugueses têm de se unir e levantar a voz, exigindo os seus direitos, para eles e para os filhos. Se não querem que os vossos filhos esqueçam o Português, se não querem que os vossos netos cresçam como estrangeiros, urge questionar e reivindicar. Questionar porque está o EPE a ser destruído. Reivindicar os vossos direitos como cidadãos portugueses no estrangeiro. É necessário exigir um ensino da Língua Portuguesa gratuito e de qualidade!

⇒ Maria Teresa Duarte Soares,
Secretária-Geral do Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas

Funcionários consulares

Portugal abandona funcionários

Devido à recente valorização do franco suíço face ao euro e perante a inércia e inépcia de Portugal, recentemente eleito para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHRC), os funcionários consulares e das missões diplomáticas na Suíça sentem-se totalmente abandonados. O ponto da situação.

Em 2001 entrou em vigor o estatuto profissional dos citados funcionários. Passaram a auferir os salários do ano 2000 ao câmbio de CHF 1,5583. Com a entrada em vigor, em Janeiro de 2011, dos primeiros cortes salariais e a simultânea valorização do franco face ao euro, os trabalhadores do Estado português na Suíça tiveram o seu salário amputado em cerca de 40%. Passou a haver trabalhadores a auferir menos de CHF 3000.

Estado Português não aplica a lei

O estatuto profissional contempla uma actualização salarial no caso de forte valorização da moeda local, mas o MNE nunca se mostrou disponível para a aplicar. Em 2011, os trabalhadores fizeram uma greve de 5 semanas. Em Outubro de 2011 o Banco Nacional Suíço (BNS) decidiu manter a cotação do euro em 1,20 CHF. Os salários mantiveram-se inalterados e baixos.

Na Lei do Orçamento de Estado de 2014/15 prevê-se que não haja cortes para os trabalhadores colocados em países nos quais é ilegal o corte salarial unilateral, como na Suíça. Mas a realidade é bem diferente: apesar da reclamação feita a

20 de Novembro 2014, até hoje não se vislumbra vontade política para inverter a situação.

Taxa para documentos consulares é mais elevada

A decisão do BNS de 15 de Janeiro 2015 representou mais uma perda salarial de 20%. O Estado português tem dois pesos e duas medidas, aplicando para o cálculo dos salários o câmbio do primeiro dia útil de cada mês (CHF 1,0485) e estabelecendo um câmbio de CHF 1,21 para os documentos a pagar pelos emigrantes.

Portugal leva funcionários à pobreza

Portugal, como membro do UNHRC entre 2015–2017, assumiu compromissos perante os vários Órgãos e Tratados dos Direitos Humanos, designadamente o Pacto sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais – que tem como um dos objectivos o combate à pobreza. Paradoxalmente, viola de maneira flagrante os direitos económicos mais elementares dos seus funcionários na Suíça, levando a maioria ao limiar da pobreza.

⇒ Clara Pisco Fonseca,
Funcionária consular e representante sindical,
23.2.2015

Salários 2015

As mudanças mais importantes

Sector	Empresa	Aumento	Aumento global	Aumento individual	Comentários
Indústria mecânica, electro-mecânica e metalúrgica	Bombardier Transport, Villeneuve (VD)	1%	2%	-	Em geral 50.- fr.
	EWB, Berna	1,1%	0,7%	0,4%	
	LN Industries SA	1%	0,5%	0,5%	
	Sia Abrasives, Frauenfeld	1%	-	1%	
	Schindler, Ebikon (LU)	1%	-	1%	
	Siemens	3%	1,2%	1,8%	Em geral 100.- fr. O aumento entrou em vigor em Abril de 2014, foi negociado por 2 anos.
	Produção de peças torneadas				Aumento dos salários mínimos em 100.- fr. (x13)
Construção e indústrias afins	Ramo principal da construção	-	-	-	Não houve negociações.
	Indústria suíça de tijolos e telhas	0,8%	0,8%	-	Em geral 40.- fr. Aumento dos salários mínimos em 25.- fr
	Indústria de produtos de betão	0,3%	-	0,3%	Aumento dos salários mínimos em 50.- fr para 13x 4000.- /4100.- fr
Indústria química	Cilag, Schaffhausen	1%	-	1%	
	Johnson Controls	1%	-	1%	
	Novartis, Basileia	1,8%	-	1,8%	Aumento fixo garantido de 0,85%
	Roche, Basileia / Kaiseraugst	1,4%	-	1,4%	
	Siegfried, Zofingen	1%	-	1%	Mais a inflação
	SI Group	1,2%	-	1,2%	
Indústria alimentar, de bebidas e de tabaco	Camille Bloch, Courtelary BE	1%	1%	-	
	Feldschlösschen, Rheinfelden AG	0,8%	-	0,8%	Novo CCT
	Fenaco	0,8%	-	0,8%	Unia rejeitou a oferta
	Lindt & Sprüngli	1,25%; 1%	1,25%; 1%	-	Mais 1,25% para salários inferiores a 5000.- fr; 1% para superiores a 5000.- fr
	Salines de Bex (VD)	0,9%	0,9%	-	Complemento único de 500.- fr para salários inferiores a 5000.- fr
Ramos afins da construção	Técnica de edifícios	0,8%	0,8%	-	Em geral 40.- fr.
	Instalações eléctricas	1,9% (valores aprox. ou cálculos)	-	-	Aumento de 100.- fr para todas as categorias
	Tectos e acabamentos interiores	0,8%	0,8%	-	
	Isolamentos	-	-	-	Pagamento único de 360.- fr
	Estruturas em metal	0,6%	0,6%	-	Em geral 30.- fr
	Indústria automóvel (AG)	2%; 1,25%	2%; 1,25%	-	Em geral 100.- fr. para pessoal com formação e menos de 5000.- fr; 50.- fr para pessoal sem formação e menos de 5000.- fr
	Indústria automóvel (BS, BL)	0,5%	-	0,5%	Aumento de salários mínimos em 20.- fr (0,4%)
Terciário	Limpezas Suíça alemã	-	-	-	Subida dos salários mínimos entre 1% e 2,5%
	Limpezas Suíça francófona	-	-	-	Subida de salários mínimos entre 65.- e 75.- fr (1,3% - 2,2%)
	Elvetino AG	1,3%	1,3%	-	Em geral 50.- fr. Subida dos salários mínimos em 25.- fr (0,6%)
	Cabeleireiros	-	-	-	Subida de salários mínimos em 100.- fr. para 3700.- fr (2,8%) desde Setembro 2014
	Hotelaria	-	-	-	Subida dos salários mínimos em 0,2%.
	Coop Suíça	1%	1%	-	Aumento de salários mínimos de pessoal sem formação em 50.- fr (x13), 100.- fr (x13) para pessoal com formação.
	Migros	0,7% - 1,2%	-	0,7% - 1,2%	Aumento de 100.- fr (x13) em salários mínimos para pessoal sem e com formação

Pergunte, que nós respondemos



Despedimento: É permitido um período de prova de quatro meses?

No início de Outubro 2014 comecei a trabalhar como vendedora numa pequena leitaria. O meu chefe e eu temos divergências constantes. No dia 31 de Dezembro de 2014 o meu chefe enviou-me uma carta de despedimento, que eu só recebi com o correio de 3 de Janeiro de 2015. A carta afirma que o despedimento é feito com um pré-aviso de sete dias, por eu ainda estar no período de prova. Esta dura quatro meses, segundo o meu contrato. Então eu tenho de aceitar um pré-aviso de despedimento tão curto?

Não. Porque a 3 de Janeiro o seu período de prova já tinha terminado. Pelo seguinte motivo: o período de prova corresponde normalmente ao primeiro mês da nova relação laboral. Os contratantes podem, no entanto, alargar o período de prova até ao máximo de três meses, desde que isso seja estabelecido no contrato individual escrito, num contrato-tipo de trabalho ou no contrato colectivo de trabalho (CCT) (Artigo 335 b do Direito de Obrigações). Um período de prova de quatro meses não é, assim, legal. Por isso, para si é válido o período máximo de prova de três meses. O seu chefe despediu-a no último dia do período de prova (de três meses). Decisivo é, no entanto, a data em que recebe a carta de despedimento e não a data em que a carta foi escrita ou quando é que ela foi posta no correio. A senhora só recebeu a carta a 3 de Janeiro de 2015, depois de terminado o período de prova. O pré-aviso de sete dias não se aplica, portanto, no seu caso. Se não houver qualquer outra determinação por escrito no contrato individual ou no CCT, o pré-aviso de despedimento no primeiro ano de trabalho é de um mês. A sua relação laboral termina assim só no final de Fevereiro. É importante que proteste por escrito contra o despedimento e que diga ao seu chefe que está disposta a trabalhar até finais de Fevereiro.

Peter Schmid, work, 23.1.2015

Pensão AHV-AVS: A parceira continua a receber abono de família?

No fim de Março faço 65 anos e aposento-me. A minha mulher é quatro anos mais nova e trabalha a tempo parcial (50%). A nossa filha mais jovem tem 23 anos de idade e ainda está na formação. Recebi da AHV-AVS a informação de que, além da minha pensão de reforma, passarei a receber uma pensão para a minha filha. A minha mulher receberá, além disso, também o abono de família?

Sim. O abono de família e a pensão para filhos da AHV-AVS não se excluem mutuamente. Se preencher as condições legais que lhe dão direito a ambos, então recebê-los-á. Isto está claramente estipulado na lei. Na prática funciona assim: quem recebe a pensão de reforma tem direito a uma pensão para filhos de idade até aos 18 anos. Se os filhos estiverem a formar-se, esta pensão é paga até que terminem a formação, mas só até que o/a filho/a tenha 25 anos de idade. O valor da pensão para filhos é 40% do valor da pensão de reforma.

No caso do abono de família para a sua filha, o senhor deixa de ter, a partir de Março, direito a ele. O senhor entra na reforma e deixa de estar empregado. Mas a sua mulher continua a trabalhar. Ela recebe, por isso, para a filha que está na formação a totalidade do abono de família, embora só trabalhe a tempo parcial. A condição é que o salário bruto da sua mulher seja no mínimo de 587 francos ao mês ou 7050 francos ao ano.

Peter Schmid, work, 23.1.2015

Impressum: Beilage zu den Gewerkschaftszeitungen work, area, Événement syndical | Herausgeber work, Gewerkschaft Unia, Chefredaktion: Marie-José Kuhn; Événement syndical SA, Lausanne, Chefredaktion: Sylviane Herranz; Edizioni Sociali SA, Lugano, Chefredaktion: Claudio Carrer | Redaktionskommission A. García, D. Filipovic, E. Sariaslan, M. Martin, M. Mendes, O. Osmani | Sprachverantwortlich Marília Mendes | Layout C. Lonati, Unia | Druck NZZ Print, Zürcherstrasse 39, 8952 Schlieren | Adresse Unia Redaktion «Horizonte», Weltpoststrasse 20, 3000 Bern 15, marilia.mendes@unia.ch



Die Gewerkschaft.
Le Syndicat.
Il Sindacato.